



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

05 de abril de 2017

Diário Catarinense - Anexo e Contracapa "Por dentro da biblioteca"

Por dentro da biblioteca / Biblioteca Pública de Santa Catarina / Projeto Pegue Leve Geladeira Literária / Livros / Marina Hadlich Uliano de Souza / Oficina Literária Boca de Leão / Jorge Prado / Literatura / Jornais / Obras raras / Vestibular UFSC / Vestibular UDESC / Ana Cristina Cesar / Amar Verbo Intransitivo / Mário de Andrade / Evandro Jair Duarte / Viagem Pitoresca / Histórica ao Brasil / Jean Baptiste Debret / Biblioteca das Moças / Companhia Editora Nacional / Troca-Troca de Livros

Por dentro da biblioteca

COM A AJUDA de um bibliotecário, reportagem do DC visitou uma das instituições mais antigas do país, que fica em SC, e mostra pontos positivos e sugestões para melhorias



Ideias para ficar mais interessante

Em 2016, a Biblioteca Pública do Estado recebeu 72.144 visitantes. A maioria deles é composta por estudantes de terceiro ou cursinhos pré-vestibulares, concursários ou aposentados. Semana passada, o DC fez uma visita ao local, acompanhado pelo bibliotecário Jorge Prado, que conhece mais de 70 bibliotecas no Brasil e em outros cinco países, já estagiou na biblioteca da Capital e vai até lá todos os dias para estudar. Ele elogia o acervo, mas acha que o espaço poderia oferecer serviços melhores para a comunidade. Confira:

- No horário do almoço, realizar ações para as pessoas que trabalham no Centro se sentirem atraídas ao local.
- Promover sessões de autógrafos.
- Receber aulas de conversação em línguas estrangeiras como fazem algumas livrarias.
- Melhorar a divulgação dos serviços.

35 exemplares de um livro de vestibular

O acervo da biblioteca tem cerca de 115 mil volumes - 15 mil deles no setor de literatura e os outros divididos entre jornais, obras raras e outros formatos. Em 2016, foram emprestados 53.307 livros. Além de séries populares entre os adolescentes e jovens adultos, possui obras em outros idiomas, clássicos da literatura (a biblioteca possui quase todos os livros de José Saramago, por exemplo) e lançamentos. Mas o forte mesmo são os livros que caem nos vestibulares da Udesc e UFSC, que estão entre os mais procurados. Eles ficam em uma mesa separada no segundo andar - no dia da nossa visita, ela estava quase vazia por causa dos empréstimos.

Para se ter uma ideia, encontramos 35 unidades da obra *Poética* (foto abaixo), de Ana Cristina Cesar, que estava na lista do último vestibular da UFSC, e 31 edições de *Amar, Verbo Intransitivo*, de Mário de Andrade, que caiu em 2014.

- Nós compramos os exemplares do vestibular, porque são mais urgentes. Mas o resto do acervo é de doação - explica o bibliotecário Evandro Jair Duarte, que trabalha no local.



Obras do século 17

A Biblioteca Pública do Estado é uma das mais antigas do país. Foi inaugurada em 1855 em um outro prédio no Centro. Uma das partes mais interessantes da Biblioteca não está diretamente aberta ao público. O acervo de obras raras tem até livros com publicação a partir de 1600 (foto acima) e só pode ser acessado mediante solicitação. Quem quiser fazer uma pesquisa deve procurar o setor responsável, levar luvas e máscara (recomendada para quem tem alergias). Entre as preciosidades estão uma edição de 1954 de *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, com ilustrações de Jean Baptiste Debret, e a série *Biblioteca das Moças*, coleção de romances publicada pela Companhia Editora Nacional na primeira metade do século 20.

Outras ações

O espaço voltou a promover três projetos.

Conheça Mais a Biblioteca Pública

O projeto leva o público infantojuvenil para dentro da biblioteca uma vez por semana. Recebe turmas de até 40 alunos por período, com potencial de atendimento de 35 turmas por semestre. As turmas ainda participam de atividades como contação de história e teatro. Informações pelos telefones (48) 3665-6422 e 3665-6423.

Troca-Troca de Livros

O projeto ocorre sempre na última sexta-feira e sábado do mês. O objetivo é incentivar o intercâmbio de livros de literatura infantojuvenil e adulta. Ao chegar à biblioteca, o leitor entrega os exemplares que trouxe ao bibliotecário, que fará a análise dos livros. Depois, poderá escolher entre as obras disponibilizadas e realizar a troca. Não são aceitos livros de bolso e gibis. Cada pessoa pode levar cinco livros por troca.

Oficina Boca de Leão

A Oficina Literária Boca de Leão é gratuita e tem como objetivo desenvolver a escrita criativa e a produção de contos. Os encontros ocorrem às terças-feiras, no auditório da biblioteca. As inscrições foram abertas entre fevereiro e março deste ano e os encontros contam, em média com 38 participantes.

Onde fica

Biblioteca Pública do Estado
Das 8h às 19h, de segunda a sexta.
Sábado, das 8h às 11h45min.
Rua Tenente Silveira, 343, Centro.

YASMINE HOLANDA FIORINI

yasmine.fiorini@diario.catarinense.com.br

Uma geladeira de verdade em plena rua, abastecida de livros no lugar de alimentos. A Biblioteca Pública de Santa Catarina lançou, nesta semana, o projeto Pegue Leve Geladeira Literária - uma geladeira cheia de livros foi colocada no lado de fora do local para que o público possa ter acesso às obras sem prazo e sem necessidade de restituição. O projeto surgiu de uma parceria com Marina Hadlich Uliano de Souza, empresária, blogueira de literatura e aluna da Oficina Literária Boca de Leão, que promove aulas de es-

crita criativa na própria biblioteca.

- Tinha uma geladeira estragada e eu falei: me dá que eu sei o que fazer. Já tinha montado uma adega literária em São José e foi ótimo - conta a idealizadora.

Para participar, basta abrir a porta e pegar o que desejar. A biblioteca vai abastecer a geladeira com livros doados (no primeiro dia, segunda-feira, teve de ser reabastecida duas vezes pela manhã), mas doações são bem-vindas - quem quiser colaborar pode simplesmente levar um exemplar e colocá-lo lá dentro.

O projeto é mais um entre outras tantas atrações da Biblioteca Pública do Estado. Confira ao lado.



Notícias do Dia
Paulo Alceu
"Alternativas"

Alternativas / Mauro Mariani / UFSC / Luiz Carlos Cancellier de Olivo / PPP /
Parceria Público-Privada / Joinville / Obras / Moradia / Alimentação



Notícias do Dia
Paulo Alceu
"Mais um"

Mais um / Gaspar / UFSC / Kleber Wan-Dal / BR-470 / Parcerias / Iniciativa
privada



**Notícias do Dia
Fabio Gadotti**

Folha de pagamento / Servidores municipais / UFSC / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Auditoria / Secretaria de Administração da Capital / Curso de Administração / Curso de Gestão Pública / Consultoria / Everson Mendes / Luiz Carlos Cancellier de Olivo

Além de auditar a folha
de pagamento dos servidores municipais, a UFSC fechou acordo com a Prefeitura da Capital que vai possibilitar a revisão de processos da Secretaria de Administração da Capital por alunos das fases finais dos cursos de administração e gestão pública. A consultoria foi proposta pelo secretário Everson Mendes e aceita pelo reitor Luiz Cancellier.

**Notícias do Dia
Fabio Gadotti**

Audiência / Revitalização / Praça Santos Dumont / Trindade / UFSC / MP-SC / FloripAmanhã / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Paula Ramos Clube

Está agendada para
terça-feira uma audiência para discutir uma forma de revitalizar a Praça Santos Dumont, mais conhecida como Praça da Trindade, próxima à UFSC. Participam do encontro o MP-SC, a ONG FloripAmanhã, a Prefeitura de Florianópolis e o Paula Ramos, clube interessado em adotar o espaço.

Enfoque Popular - Pelo Estado

“A divisão do bolo tributário deveria ser em três partes iguais”

A divisão do bolo tributário deveria ser em três partes iguais / Curso de Engenharia Sanitária / UFSC / São José / Federação Catarinense de Municípios / Fecam / Adeliana Dal Pont

[PeloEstado] Entrevista

ADELIANA DAL PONT



Maínila Press

“A divisão do bolo tributário deveria ser em três partes iguais”

Natural de Timbê do Sul (SC), é engenheira sanitária (UFSC) e mestre em Gestão de Políticas Públicas (Univali). Prefeita reeleita de São José, terceira maior população do estado, tomou posse como presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) no final do mês de janeiro para dois anos de mandato (2017/2018). O primeiro cargo público de Adeliana foi como secretária de Saúde do município de Aranguá, no Extremo Sul catarinense, ainda na década de 1980. Em 1994, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde de São José e em 2000 foi eleita vereadora do município, sendo reeleita em 2004. Quatro anos mais tarde, após ficar em segundo lugar na disputa pela prefeitura, se projetou e foi convidada para assumir como secretária-adjunta de Estado do Planejamento. Em 2010, assumiu a Diretoria Técnica da Casan e pouco depois passou a responder pela então Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) da Grande Florianópolis. Em 2012, concorreu novamente à prefeitura de São José, tornando-se a primeira mulher eleita para o cargo no município. Foi reeleita em 2016 para o segundo mandato. Nessa entrevista exclusiva que concedeu à Coluna Pelo Estado, a presidente da Fecam fala sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios catarinenses e da necessidade de fazer a população entender os limites que os prefeitos enfrentam: “Quem foi eleito e não quer abrir mais uma creche em sua cidade, mais uma escola, um centro de saúde? Só que vivemos entre a necessidade da população e as leis que precisam ser cumpridas”.

[PE] - Dois meses à frente da Fecam. O que mais a preocupa?
Adeliana Dal Pont - O excesso de pautas e de necessidades. Como a maioria dos municípios do nosso estado é de pequeno porte, muitos têm na Fecam um braço de apoio. Mas, independentemente do tamanho dos municípios, nesse momento de crise os problemas são iguais. São muitas pautas por conta do Congresso nacional, do governo federal e mesmo estaduais, geradas por decisões tomadas longe dos municípios e fora da realidade. É preciso que os demais entes da Federação tenham mais respeito. Afinal de contas, em sua grande maioria os serviços são prestados pelo município.

[PE] - Pode dar exemplos?
Adeliana - Sim. Fizemos uma adenda à Constituição Federal sobre os precatórios, pela qual os municípios terão que pagar tudo até 2020. Mas também estipula valor mínimo por parcela. Com isso, alguns municípios terminariam de pagar em 2018, mesmo com uma dificuldade tão grande de recursos. Agora temos que fazer um trabalho para tentar reduzir o valor mínimo de forma que todos tenham até 2020 para pagar os precatórios. A representação política é muito intensa e exige dedicação contínua da presidência, das vice-presidências, dos secretários e de toda a equipe da Fecam.

[PE] - Qual a estratégia para lidar com tanta demanda?
Adeliana - Definimos uma agenda até o final do ano pela qual na primeira terça-feira de cada mês temos reunião de Diretoria. A próxima acontece em 4 de abril. Entre os assuntos tem o Criança Feliz, um programa do governo federal e cuja importância não questionamos. O problema é o de sempre: o subfinanciamento quando deveria ser um cofinanciamento. A par-

cela mais pesada acaba sobrando sempre para o governo municipal.

[PE] - O que mais está na pauta?
Adeliana - Vamos das dívidas com o INSS e do licenciamento ambiental. Sobre o INSS, existe uma necessidade de fazer um encontro de contas sobre o que é e foi pago e o que verdadeiramente as prefeituras devem, dívidas acumuladas ao longo de anos por conta da previdência pública. Hoje a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) classifica essa dívida como impagável. No caso do licenciamento ambiental estamos trabalhando para resolver uma confusão. Primeiro nós pedimos e conseguimos uma lei para que os pedidos de licenciamento por parte das prefeituras fossem isentos das taxas estaduais. A segunda lei incluiu as lavras a céu aberto e a terceira lei incluiu cemitérios, mas anulou a segunda lei. Houve um equívoco que agora precisa ser reparado. Já fizemos reuniões com o presidente da Assembleia, deputado Silvio Dreveck, com o presidente da Fatma, Alexandre Waltrick, com Ministério Público e com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) na busca de uma solução. Há casos em que a prefeitura é dona do terreno e não pode tirar lavra porque o subsolo foi concedido a outra empresa pelo DNPM. Tem que arrumar a estrada. Se não arrumar, o transporte escolar não funciona. Mas como arrumar a estrada com situações assim? Aliás, transporte escolar é outro assunto que estamos tratando, junto à Secretaria de Estado da Educação, para obter reajuste do valor que vem sendo pago e que está defasado. Estamos na fase de proposta e contraproposta.

[PE] - Como foi o XV Congresso Catarinense de Municípios, realizado no início de março?
Adeliana - O mais positivo foi a

participação dos prefeitos e dos técnicos, exatamente pela necessidade de troca de experiências e da possibilidade de termos uma voz única para a defesa dos municípios. Também fiquei muito satisfeita com a presença de outros órgãos importantes, como o Tribunal de Contas e o Ministério Público do Estado. Todos querem achar soluções! Nenhum prefeito foi eleito para não cumprir compromissos ou não honrar as leis. Mas no dia a dia tudo isso é muito complexo. Ao mesmo tempo em que temos lei de limite de pessoal, a população demanda por mais serviços. Conciliar é muito difícil. No final saiu um documento reforçando a pauta municipalista.

[PE] - Os prefeitos estão engajados na defesa dessa pauta?
Adeliana - Acredito que sim e prova disso foi o sucesso do nosso Congresso. Como são muitos gestores novos, também há uma ansia pelo conhecimento e a Fecam cumpre esse papel através das associações de municípios. O esforço coletivo é sempre mais eficiente. Tenho repetido que quando chego na Fecam deixo os problemas individuais do meu município, São José, para trabalhar pelo que interessa a todos os municípios.

[PE] - Se a senhora pudesse fazer uma lista com as três principais necessidades dos municípios catarinenses hoje, quais seriam?
Adeliana - Receita, receita e receita. E não só catarinenses, porque nós ainda estamos numa situação muito melhor do que outros municípios do Brasil, pela situação do Estado, mais equilibrado, e pela força do nosso povo. Mas a principal demanda é, sim, aumentar a arrecadação. No ano passado tivemos queda significativa. Dependendo do porte do município, a principal receita vem do retorno do ICMS, que é estadual, outros vem do Fundo de Participação

dos Municípios (FPM), federal, ou receita própria, como o ISS e o IPTU. Mas em todos, em função da crise econômica, tivemos quedas. É preciso ter muita cautela e os prefeitos têm que dizer muitos não, melhorar a gestão, fazer cortes. Quem foi eleito e que não quer abrir mais uma creche em sua cidade, mais uma escola, um centro de saúde? Só que vivemos entre a necessidade da população e as leis que precisam ser cumpridas, sob pena de o prefeito ser acusado de improbidade administrativa e o próprio município ser penalizado, o que é muito grave. Se eu ultrapasso o limite percentual de gastos com pessoal, não porque contratei mais pessoas, mas porque a receita caiu, meu município perde certidões do Tribunal de Contas e outras que permitem a realização de convênios com o governo estadual ou o federal para obras importantes. Muitas vezes temos dificuldade de mostrar essa equação para a população e fazer as pessoas perceberem as dificuldades de manter esse equilíbrio. Fazemos escolhas todo o tempo. Tem buraco na rua? Sim. É ruim? É. Mas a escola está funcionando, tem merenda, o posto de saúde tem remédio. O dinheiro dos municípios é finito e por isso a gestão pública é feita de prioridades, ainda mais em momentos de crise.

[PE] - Diante disso, qual a expectativa com Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam II)?
Adeliana - Imensa! Já conversei com o governador Raimundo Colombo. Ele foi prefeito, sabe das dificuldades dos municípios e está muito otimista. O Fundam é uma boa solução e, mesmo não passando de um paliativo, está sendo muito esperado por todos os prefeitos, porque é uma possibilidade de investimento, de obras.

[PE] - Uma partilha mais justa entre os entes federados ajudaria a

diminuir os problemas.
Adeliana - Com certeza. Se nós temos três entes da Federação, União, Estado e Município, pelo menos tinha que haver uma divisão do bolo em três partes iguais. É muito desigual a diferença entre o que o município recebe de volta e o que a União retém em Brasília. A União fica com 65% de tudo o que é gerado em tributos e os municípios não chegam a 20%. É muita diferença!

[PE] - Esse assunto vai ser o principal da XX Marcha de Prefeitos a Brasília, marcada para maio?
Adeliana - Sim. E vão perguntar: de novo essa pauta? De novo! A divisão desse bolo tributário de uma forma mais igualitária é a nossa principal demanda e só vamos conseguir com muita luta! Outra pauta é sobre o ISS. No ano passado conseguimos aprovar uma lei no Congresso que mantém a receita gerada em operações de crédito e leasing no município onde foi efetuada. O presidente da República vetou e nós estamos trabalhando pela derrubada desse veto. É um absurdo uma pessoa usar o cartão de crédito na sua cidade e o ISS gerado ir parar em cidades de São Paulo, onde se concentram as operadoras. No caso do leasing não é diferente. A própria prefeitura pode comprar uma máquina e o resultado dessa operação vai para São Paulo. A cada ano os municípios perdem muitos bilhões de reais com essa injustiça. A previsão é que em abril ou maio entre a derrubada desse veto na pauta do Congresso. Temos que nos unir. A crise poderá ser amenizada para os municípios através da união de todos. Se estivermos unidos, a chance de vitória é maior. Por isso todos devemos estar em Brasília, para a Marcha, entre os dias 15 a 18 de maio. É a possibilidade de levarmos a voz dos municípios para o Congresso nacional e o governo federal.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações

e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Empresa catarinense de alta tecnologia vai inaugurar filial em São Paulo](#)

[Oportunidade para lecionar Medicina na UFSC](#)

[Há males que vem para o bem!](#)